

5. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO- CONCURSO PÚBLICO – EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DR. FRANCISCO SANCHES” - CONCURSO PÚBLICO Nº. CPE.20.21.DMOSM:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 12 de julho de 2021, da empreitada em epígrafe, proposta que se anexa.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga

PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: WWW.ACINGOV.PT

Contratação: Empreitada de “REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DR. FRANCISCO SANCHES”.

	Prazo máximo de execução: 12 MESES	Preço Base: €1.746.871,08
--	---	--------------------------------------

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, justificada na informação técnica que se anexa, cujo preço contratual estimado é de **€1.746.871,08 (um milhão setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e um euros e oito cêntimos)**, ao

Página 1 de 4

qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

1. A não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a €500.000,00, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis.

2. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, incluindo o Plano de Faseamento e Sinalização de Obra.

3. Parâmetro base

O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*, é o seguinte:

O preço base do procedimento é **€1.746.871,08 (um milhão setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e um euros e oito cêntimos), (sem IVA)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

O preço base foi definido pela entidade adjudicante com recurso a consultas informais ao mercado, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*.

4. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 30 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

5. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir

as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

5.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Ana Martins.

6. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à Eng.ª **Paula Pereira**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

7. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

8. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o regulamento de análise das propostas, definido no Anexo VI do programa de concurso, por ponderação dos fatores e subfactores, a seguir indicados:

Fatores		Subfatores		Ponderação	
Preço			70%		100%
Valia técnica da proposta	Metodologia		50%	30%	
	Programa de trabalhos		50%		

9. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 61215 de 29/06/2021.

Braga, 9 de julho de 2021

Pelos Serviços da DMOSM - DOM,

Em anexo:

- Informação Técnica da fundamentação da decisão de contratar e do preço base.

Página 4 de 4